



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM: 85 ANOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PARTICIPAÇÃO E LUTA

BRAZILIAN ASSOCIATION OF NURSING: 85 YEARS OF SOCIAL RESPONSIBILITY, PARTICIPATION AND STRUGGLES

ASOCIACIÓN BRASILEÑA DE ENFERMERÍA: 85 AÑOS DE RESPONSABILIDAD SOCIAL, PARTICIPACIÓN Y LUCHA

Diana Magna Fonseca da Cruz¹, Fernanda Pereira Marinho², Marta Silvânere Pereira³, Mayanne Santana de Araújo⁴, Patrícia Mariz de Medeiros⁵, Viviane Euzébia Pereira Santos⁶

RESUMO

Objetivo: analisar os documentos publicados pela Associação Brasileira de Enfermagem que versassem sobre a entidade e os 85 anos de responsabilidade social, participação e lutas. **Método:** estudo documental englobando jornais disponíveis eletronicamente no site da ABEn, seguindo protocolo de pesquisa pré-estabelecido. Analisou-se 26 publicações, de acordo com os critérios de inclusão, exclusão e estratégias para avaliação crítica dos estudos. **Resultados:** foram publicadas 370 notícias, destacou-se, nos informes, duas linhas temáticas de atuação da ABEn, as quais se mostram importantes na construção social da enfermagem: a educação e a política. **Conclusão:** espera-se contribuir com a divulgação e preservação da memória por meio das lutas e conquistas alcançadas pela entidade, consequentemente, tem-se o escopo de fortalecer as ações e participações sociais e políticas, bem como incentivar o engajamento dos acadêmicos, enfermeiros e sociedade em suas lutas. **Descritores:** Responsabilidade Social; Participação Social; Enfermagem.

ABSTRACT

Objective: to analyze the documents published by the Brazilian Association of Nursing that study about the entity and 85 years of social responsibility, participation and struggles. **Method:** documental study encompassing newspapers available electronically on ABEn site, following the protocol of pre-established research. We analyzed 26 publications, according to the inclusion criteria, exclusion and strategies for critical evaluation of the studies. **Results:** 370 stories were published, in the reports two thematic lines of operation ABEn were highlighted, which were important in the social construction of nursing: education and politics. **Conclusion:** it is expected to contribute to the dissemination and preservation of the memory through the struggles and achievements of entity, therefore, it has the scope to strengthen the actions and social and political participation, as well as encourage the engagement of academics, nurses and society in their struggles. **Descriptors:** Social Responsibility; Social Participation; Nursing.

RESUMEN

Objetivo: analizar los documentos publicados por la Asociación Brasileña de Enfermería que estudiase sobre la entidad y los 85 años de responsabilidad social, participación y luchas. **Método:** estudio documental englobando periódicos disponibles electrónicamente en el site de la ABEn, siguiendo protocolo de investigación pre-establecido. Se analizaron 26 publicaciones, de acuerdo con los criterios de inclusión, exclusión y estrategias para evaluación crítica de los estudios. **Resultados:** fueron publicadas 370 noticias, se destacaron, en los informes, dos líneas temáticas de actuación de la ABEn, las cuales se muestran importantes en la construcción social de la enfermería: la educación y la política. **Conclusión:** se espera contribuir con la divulgación y preservación de la memoria por medio de las luchas y conquistas alcanzadas por la entidad, consecuentemente, se tiene el objetivo de fortalecer las acciones y participación sociales y políticas, así como incentivar el compromiso de los académicos, enfermeros y sociedad en sus luchas. **Descriptores:** Responsabilidad Social; Participación Social; Enfermería.

¹Enfermeira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Natal (RN), Brasil. E-mail: dianamagna@hotmail.com; ²Discente, Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Natal (RN), Brasil. E-mail: nandamarinho_15@hotmail.com; ³Discente, Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Natal (RN), Brasil. E-mail: marta_silvanere@hotmail.com; ⁴Enfermeira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Natal (RN), Brasil. E-mail: mayanne_meyne@hotmail.com; ⁵Enfermeira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Natal (RN), Brasil. E-mail: pattymmariz@hotmail.com; ⁶Enfermeira, Doutora em Enfermagem, Departamento de Enfermagem/Pós Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte/PPGENF/UFRN. Natal (RN), Brasil. E-mail: vivianeepsantos@gmail.com

INTRODUÇÃO

As associações profissionais são aquelas em que pessoas se reúnem no intuito de realizar atividades predominantemente culturais ou assistenciais, sem fins lucrativos; é uma modalidade jurídica dirigida para o alcance de um objetivo social comum e atender aos interesses de seus associados, com a necessidade, para a sua existência legal, da criação de um estatuto que contemple suas atividades.¹ Nesse panorama, é indispensável a efetiva participação de seus membros na construção de seu agir ético, permitindo o fortalecimento da profissão.²

A criação da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) emergiu da necessidade de fomentar uma instituição que congregasse as enfermeiras recém-formadas da Escola Anna Nery, ainda em 1925. Apenas em 1926, contudo, a entidade é criada sob a denominação Associação de Enfermeiras Diplomadas, passando a chamar-se ABEn em 1954, durante o VII Congresso Nacional de Enfermagem.³

O estatuto da ABEn a define como uma entidade de caráter cultural, científico e político com personalidade jurídica de direito privado, a qual congrega os diferentes sujeitos componentes da enfermagem: “[...] enfermeiro(a) obstetriz, técnico(a) de enfermagem, auxiliares de enfermagem e estudantes de cursos de graduação e de educação profissional habilitação técnico de enfermagem que a ela se associam, individual e livremente, para fins não econômicos”.^{4:1}

A ABEn apresenta-se, portanto, como uma representação profissional da enfermagem na luta por seus direitos sociais, políticos, éticos e legais, bem como na defesa de uma saúde mais justa e igualitária para todos.

Considerando a importância da ABEn para a Enfermagem brasileira e a necessidade de incentivo à participação da categoria na construção de uma representação forte e atuante, elucida-se o seguinte questionamento de estudo << Qual o papel da ABEn na responsabilidade social, participação e lutas que a ABEn vem desenvolvendo durante os seus 85 anos de existência? >>

OBJETIVO

- Analisar os documentos publicados pela entidade que versassem sobre a temática, englobando jornais disponíveis eletronicamente no site da ABEn.

MÉTODO

Estudo documental acerca da responsabilidade social, participação e lutas

que a ABEn vem desenvolvendo durante os seus 85 anos de existência. A pesquisa documental caracteriza-se pela análise de materiais que ainda não receberam uma apreciação aprofundada ou podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.⁵ Esse tipo de investigação seleciona, organiza, analisa e interpreta a informação bruta, de modo que extraia seu sentido e lhe dê valor científico. Os documentos utilizados podem ser fontes de primeira mão, os quais não passaram por nenhum tratamento analítico, como os documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações; ou fontes de segunda mão, que são as que já foram submetidos a alguma análise, como relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, entre outros.⁵

Iniciou-se a referida pesquisa através da elaboração de um protocolo próprio, que consiste numa estratégia de planejamento a fim de responder à questão norteadora e definir a estrutura da pesquisa.⁶ O protocolo da pesquisa documental abrangeu os seguintes itens: objetivo, questão norteadora, estratégias de busca (banco de dados, descritores controlados e não-controlados), seleção dos estudos (critérios de inclusão e de exclusão), estratégia para coleta de dados, estratégia para avaliação crítica dos estudos e síntese dos dados.

O levantamento dos dados ocorreu no mês de julho de 2012, em pares, e foi realizado no site da ABEn nacional, a saber: www.abennacional.org.br, que disponibiliza eletronicamente documentos da entidade, com a utilização, no estudo em questão, de jornais.

Como critérios de inclusão, foram selecionados: jornais disponíveis eletronicamente no site da ABEn, que versassem sobre a responsabilidade social, participação e lutas durante os seus 85 anos de existência. Para seleção das notícias que respondessem aos critérios estabelecidos, os jornais disponibilizados eletronicamente foram acessados individualmente, analisando-se todo seu conteúdo a fim de selecionar os dados pertinentes à pesquisa.

Após a seleção, as notícias foram analisadas, também em pares, segundo protocolo pré-estabelecido, visando à resposta da questão de estudo. Assim, chegou-se à síntese final dos resultados, elaborando-se quadros para a sistematização da pesquisa e apresentação dos dados finais, além de gráficos, objetivando facilitar a visualização dos resultados.

RESULTADOS

A análise documental dos jornais da ABEn totalizou a amostra de 26 jornais (100%), que teciam aspectos primordiais referentes à responsabilidade social, à participação e às lutas da associação no cenário da enfermagem.

Nesse quantitativo, foram publicadas 370 notícias, número significativo que revela o papel primordial da ABEn na divulgação de atualizações referentes à enfermagem. A caracterização dos documentos selecionados encontra-se na Figura 1.

Edição	Ano	Presidente da ABEn	Notícias	Assunto predominante
Ano 44/Nº2	2002	Francisca Valda da Silva	14	Educação
Ano 45/Nº1	2002	Francisca Valda da Silva	20	Participação política
Ano 45/Nº2	2003	Francisca Valda da Silva	16	Participação política
Ano 45/Nº3	2003	Francisca Valda da Silva	14	Educação
Ano 45/Nº4	2003	Francisca Valda da Silva	18	Participação política
Ano 46/Nº1	2003	Francisca Valda da Silva	15	Educação
Ano 46/Nº2	2004	Francisca Valda da Silva	11	Educação
Ano 46/Nº3	2004	Francisca Valda da Silva	13	Participação política
Ano 47/Nº1	2005	Francisca Valda da Silva	16	Educação
Ano 47/Nº2	2005	Francisca Valda da Silva	12	Participação política
Ano 47/Nº3	2005	Francisca Valda da Silva	14	Participação política
Ano 48/Nº1-2	2006	Francisca Valda da Silva	14	Participação política
Ano 48/Nº3	2006	Francisca Valda da Silva	12	Participação política
Ano 48/Nº4	2006	Francisca Valda da Silva	14	Educação
Ano 49/Nº1	2007	Francisca Valda da Silva	17	Participação política
Ano 49/Nº2	2007	Francisca Valda da Silva	15	Participação política
Ano 49/Nº3-4	2007	Francisca Valda da Silva	26	Participação política
Ano 50/Nº4	2009	Maria Goretti David Lopes	11	Participação política
Ano 51/Nº1				
Ano 50/Nº1	2008	Maria Goretti David Lopes	17	Participação política
Ano 50/Nº2	2008	Maria Goretti David Lopes	14	Educação
Ano 51/Nº2	2009	Maria Goretti David Lopes	15	Participação política
Ano 51/Nº4	2009	Maria Goretti David Lopes	10	Participação política
Ano 52/Nº1	2010	Maria Goretti David Lopes	14	Educação
Ano 52/Nº3	2009	Maria Goretti David Lopes	10	Participação política
Ano 52/Nº3	2010	Maria Goretti David Lopes	7	Participação política
Ano 53/Nº2	2011	Ivone evangelista Cabral	11	Participação política

Figura 1. Caracterização dos documentos selecionados na pesquisa documental sobre os 85 anos de responsabilidade social, participação e lutas da ABEn, 2012.

De acordo com os estudos analisados, observou-se uma vasta abordagem do tema participação política, no total de dezoito jornais (69,2%), o restante, oito jornais, que abordaram, predominantemente, a temática educação (30,7%), demonstrando a crescente preocupação dos trabalhadores e estudantes de enfermagem na busca por melhorias nas condições de trabalho e de saúde.

No que condiz ao de publicação, a dimensão temporal variou de 2002 a 2011 e houve uma maior postagem dos jornais no site da ABEn nos anos de 2003 e 2009, correspondente a quatro jornais em cada um (15,4%), seguido dos anos de 2005 a 2007, com três jornais em cada um (11,5%) e dos anos 2002, 2004, 2008 e 2010, com dois jornais em cada um (7,7%).

No ano de 2011 houve a postagem de apenas um jornal (3,8%). Até a referida data da coleta dos estudos, nenhum jornal estava disponível no site da ABEn no ano de 2012. Identificou-se, ainda, que, no tocante à edição intitulada “Ano 52/Nº3”, encontraram-se dois jornais diferentes, porém com a mesma titulação.

DISCUSSÃO

A análise das notícias selecionadas permitiu, de forma qualitativa, compreender a experiência da ABEn, no que concerne à responsabilidade social, participação e lutas ao longo dos seus anos de existência. Em outras palavras, a pesquisa documental elucidou documentos que colocam em relevo quais cenários sociais em que a instituição está atuando e de que forma ela atua.

Os informes analisados elucidaram duas linhas temáticas de atuação da ABEn, as quais se mostram importantes e interdependentes na construção social da enfermagem: a educação e a participação política. Tais linhas temáticas serão abordadas em separado, com o escopo de facilitar a visualização dos elementos tecidos em cada pilar. Ressalta-se, todavia, que tais aspectos não devem ser compreendidos de forma fragmentária, essenciais e componentes fundamentais de uma temática comum: a responsabilidade social, a participação e as lutas da associação em estudo. É pertinente, porém, refletir-se inicialmente sobre a importante relação desses eixos temáticos na contemporaneidade.

A literatura destaca que, seja qual for a prática profissional de que se participa, quando ela se caracteriza pelo desrespeito aos direitos e não cumprimento dos deveres, o ambiente que a distingue é o da irresponsabilidade. Diante disso, a superação de tais entraves não pode estar unicamente nos discursos e nas propostas moralistas, mas na ímpar promoção e solidificação de um clima de rigorosidade ética a ser criada com necessárias e urgentes transformações sociais e políticas. Estas, por sua vez, podem viabilizar, cada vez mais, a edificação da prática de uma educação voltada para a responsabilidade, a libertação das injustiças e das discriminações.⁷ Apoiando-se nessa ideia do processo educativo como prática transformadora e libertadora, destaca-se a proposta da ABEn em utilizar a educação em enfermagem como instrumento principal para a construção da dimensão social da saúde, entendida como direito universal. Outrossim, a entidade busca a formação e qualificação do profissional para atuar como corresponsável na concretização de políticas de educação e atenção à saúde.⁸

Visualiza-se que a participação política e a promoção de ações educativas críticas, quando apreendidas em um sentido unificador, possibilitam a superação dos graves problemas que afligem o país e demais povos da América Latina e do Caribe, com os quais o Brasil, principalmente neste momento histórico, tem a indiscutível responsabilidade de encontrar e compartilhar soluções centradas nos interesses sociais.⁸

♦ Construção social da enfermagem: reflexões sobre a educação

As abordagens acerca da educação dissertadas nos textos dos jornais analisados permitiram a constatação de que elas giram em torno de um objetivo principal da atuação da ABEn: a formação de recursos humanos de saúde para a concretização da integralidade do cuidado. Isso implica repensar as maneiras como se estruturam os processos de formação dos profissionais do setor saúde nos dias atuais. Nesse sentido, a ABEn participou, durante sua trajetória, de políticas que resultassem em mudanças efetivas na formação dos trabalhadores de saúde/enfermagem.⁹

A trajetória da construção da política de incentivo às mudanças curriculares nos cursos da saúde (PRÓ-SAÚDE) contou com o apoio da entidade estudada, juntamente com o Ministério da Saúde e outros parceiros, que atuaram no processo de criação e implementação de programas para concretizar a participação do SUS na ordenação da

formação de recursos humanos da saúde, cumprindo a diretriz da Constituição da República Federativa do Brasil.¹⁰ Além disso, a ABEn participou efetivamente de uma segunda etapa do PRÓ-SAÚDE, a partir do 53º Congresso Brasileiro de Enfermagem, em Curitiba-PR (2001), e do IV Congresso Brasileiro da Rede Unida, em Londrina-PR (2001), quando foi iniciada a construção de uma agenda estratégica envolvendo parcerias comprometidas com o processo de criação do Programa de Incentivo às Mudanças Curriculares em Cursos de Enfermagem (PROENF).¹⁰ Além da atuação em busca da qualidade da formação dos profissionais de enfermagem, a associação também traz em seu histórico iniciativas extremamente importantes de promoção da educação continuada dos profissionais.

Destaca-se a Iniciativa de Educação Permanente em Enfermagem (IEPE), que consiste na criação de uma rede de trabalho compartilhado entre a ABEn e a Organização Pan-Americana da Saúde, por meio da representação no Brasil como parte integrante do Projeto de Cooperação Técnica na área de Desenvolvimento de Recursos Humanos, com a finalidade de apoiar as atividades de capacitação de pessoal de enfermagem no Brasil, incluindo, em sua operacionalização, a criação de um site como segmento da *homepage* da ABEn.¹¹

Os informes analisados também demonstraram outro ponto intrínseco à luta social da ABEn, decorrente da boa qualidade da formação técnico-científica, ética e política do profissional de enfermagem: sua valorização profissional. Esta se pauta na visão da enfermagem enquanto ciência que se firma na construção do conhecimento, que, na lógica do desenvolvimento atual, é cada vez mais dinâmico e desafiador, e só terá êxito com o empenho de profissionais bem formados e incentivados a trabalhar nessa construção. Neste contexto, a formação deverá incluir profissionais de enfermagem capazes de responder às novas exigências, resultantes das profundas e significativas mudanças operadas nesta sociedade em constante transformação e responder aos novos desafios que se apresentam.¹² Nessa conjuntura, a ABEn teve sua participação edificada, principalmente, através de um compromisso permanente com o desenvolvimento da educação e com a história de construção do conhecimento na enfermagem e sua difusão entre os profissionais de saúde, assim como sua aplicação na prática da enfermagem/saúde.

Tal aspecto pode ser visualizado na pesquisa documental por meio das iniciativas da entidade em criar e manter o principal acervo de teses da área e por sua participação na articulação do Colegiado de Coordenadores de Programas de Pós-graduação, no período da gestão 1986/1989. Este é um espaço privilegiado para o desenvolvimento técnico e político e a ampliação da capacidade de formulação dos atores envolvidos com os programas.¹³ O compromisso com o desenvolvimento científico da profissão é demonstrado desde 1947, no primeiro Congresso Brasileiro de Enfermagem (CBEn), quando a ABEn já recomendava a importância da criação de cursos em nível de pós-graduação.¹³

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, no artigo 69, também se referia aos cursos de pós-graduação com um destaque especial, mostrando uma diferença destes com a especialização e o aperfeiçoamento. Considerando que na oferta desses cursos os docentes necessitavam desenvolver a pesquisa a fim de incrementar a produção no saber da enfermagem, a Comissão de Temas do XVI CBEn/ABEn, em 1964, determinou como temática central “Enfermagem e Pesquisa”, criando a possibilidade de tornar público e gerar também espaços de divulgação e intercâmbio das experiências e trabalhos de pesquisa junto à categoria.¹³

Reforçando o reconhecimento de que a pesquisa científica é essencial à agregação de conhecimento e desenvolvimento da profissão, além da participação na criação dos cursos de pós-graduação, a ABEn também propôs a criação do Centro de Pesquisa em Enfermagem (CEPEen), fato de grande transcendência no processo de pesquisa em enfermagem, destinado, dentre outros fatores, a incentivar a formação de docentes e pesquisadores e a legitimar a publicação dos resultados das pesquisas produzidas na área de enfermagem, em nível nacional.¹⁴

Adiciona-se ainda o papel da ABEn em articular e colaborar com as representações da enfermagem em frente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), enquanto legítima entidade de representação da classe, idealizando iniciativas de promoção e desenvolvimento científico, enquanto representação que defende os interesses do progresso da profissão e como promotora de eventos, que, dentre outros aspectos, atuam como verdadeiros fóruns de democratização e

socialização dos interesses da enfermagem.¹⁴; também, é relevante salientar a democratização do conhecimento promovida pela associação, visto que esta tem como diretriz política promover a integração de todas as regiões brasileiras na construção de uma política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico, a qual valorize as potencialidades de cada região e propicie uma efetiva articulação das ações dos diferentes atores públicos e privados, locais e regionais, bem como a difusão e apropriação/incorporação do conhecimento técnico-científico na prática em enfermagem.¹³

Ressalta-se que a capacidade de articular atores institucionais e políticos dará as condições para o incremento da política de formação de novos pesquisadores, diante da necessidade de cobertura nacional, visando superar os desequilíbrios regionais.¹³ Visualiza-se, deste modo, a relevante participação da ABEn, em sua trajetória histórica, na valorização dos processos educativos da enfermagem enquanto caminhos de possibilidade de avanços da profissão, pautando-se em bases científicas sólidas e defendendo uma melhoria dos processos de formação, educação continuada e permanente de todos os sujeitos componentes da enfermagem.

♦ Construção social da enfermagem: reflexões sobre a participação política

Ser responsável no desenvolvimento de uma prática qualquer implica, de um lado, o cumprimento de deveres, de outro, o exercício de direitos: o direito de ser tratado com dignidade pela organização para a qual se trabalha, de ser respeitado, de ter uma remuneração decente e, finalmente, reconhecidos e respeitados todos os direitos que são assegurados pela lei para a garantia da convivência humana e social pautada em princípios éticos e legais.⁷

A partir de tal assertiva, vislumbra-se que a prática profissional responsável engloba não apenas as competências técnicas de realização do trabalho, mas também se refere à garantia de o trabalhador ter seus direitos, ou seja, necessidades profissionais satisfeitas. Vê-se nisso que o exercício pleno de sua prática profissional não depende apenas do indivíduo, pois os direitos de que se fala dependem principalmente do cumprimento do papel de outras instâncias, públicas e privadas. Desse modo, a busca desses direitos em frente dessas instâncias, através da participação política, é ao mesmo tempo dever e direito do cidadão de qualquer classe profissional.¹⁵

Evidenciou-se, nessa perspectiva, que são muitos os desafios da enfermagem na busca por melhores condições de trabalho. No âmbito da saúde coletiva, por exemplo, o projeto de Classificação da Prática de Enfermagem em Saúde Coletiva no Brasil (CIPEsc), desenvolvido de 1996 a 2000, numa parceria da ABEn com o Conselho Internacional de Enfermeiras (CIE), com o apoio financeiro da Fundação *Kellog*, revelou, dentre outras questões, que os profissionais permanecem carentes de sistemas de educação continuada eficientes; que as condições de trabalho são insuficientes e precárias; e a remuneração pelo trabalho de enfermagem é baixa.¹⁵

Nesse contexto de luta política, a ABEn, em 2003, em sua gestão, definiu como metas: ampliar as alianças para a defesa da consolidação da enfermagem enquanto prática social; fortalecer a articulação da enfermagem com os usuários do sistema de saúde na busca da assistência de qualidade; estimular a participação da categoria nos movimentos sociais, sob a garantia de representação nos conselhos nacional, estaduais e municipais de saúde e outras instituições; participar e articular a ABEn com a sociedade nas lutas de interesse de saúde; e participar das lutas pela garantia constitucional e pela consolidação do SUS.¹⁶

Dentre essas metas, devido aos reconhecidos problemas com a ética nos sistemas políticos e administrativos brasileiros, a ABEn elucida papel relevante na participação/atuação do profissional de enfermagem junto às instâncias deliberativas e fiscalizadoras do setor da saúde.¹⁶ Assim, integrando a busca da solidificação das metas políticas descritas, no dia 16 de setembro de 2004, como parte da Política Nacional de Atenção às Urgências, foi oficialmente instituído o Comitê Gestor Nacional de Atenção às Urgências, do qual a ABEn é membro efetivo. A iniciativa da composição dessa instância de discussões é da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), por meio do seu Departamento de Atenção Especializada.¹⁷

A intenção é que essa seja uma instância participativa do Ministério da Saúde, dedicada aos debates e à elaboração de proposições e recomendações sobre a política de organização e operação do Sistema de Atenção Integral às Urgências do País, funcionando como órgão consultivo do gestor federal da saúde. Também nesse fórum a ABEn pretende ser propositora de estratégias que, ao mesmo tempo em que seja possibilitada a regulação da prática dos profissionais de saúde na área, a população

brasileira possa receber melhor atenção à saúde, posto que se trata de uma área com o maior índice de morbimortalidade entre os agravos externos à saúde do povo brasileiro.¹⁷

É imperativo ressaltar, além disso, a atual luta da enfermagem pela jornada de 30 horas, cuja conquista a ABEn defende ser um direito que o estado brasileiro deve à enfermagem, considerando a natureza do seu trabalho e as atribuições de gestão no atual modelo de organização do trabalho em saúde, o que: melhoraria a condição de trabalho da categoria; aliviaria cargas de trabalho estressantes aos trabalhadores; possibilitaria aos trabalhadores de enfermagem buscarem novos espaços de atualização, aperfeiçoamento, ampliando a qualidade da assistência; e defenderia a dignidade dos trabalhadores da enfermagem.¹⁸

Os jornais da ABEn também enfatizaram algo que deve ser luta de todo cidadão brasileiro e na qual a enfermagem tem contribuído de forma fundamental: o fortalecimento do SUS. Nesse contexto, a ABEn manifesta-se a favor da eleição de candidatos que apoiem o SUS, defendendo que a Enfermagem precisa cada vez mais de se organizar politicamente, lançando e apoiando candidatos comprometidos com o Sistema Único de Saúde, com os valores da democracia, da cidadania e da liberdade.¹⁸

A instituição elucida, nessa discussão, a reflexão sobre políticas de educação, valorizando a formação de profissionais aptos a trabalhar e motivados a valorizar o Sistema Único de Saúde.¹⁸ Em síntese, coloca-se em relevo a defesa dos aspectos educativos e políticos como elementos interdependentes, que integram a luta e a responsabilidade social da associação estudada em defesa de melhoria da profissão, comprometida com os desafios atuais em busca do protagonismo da enfermagem no cenário sanitário.

CONCLUSÃO

As reflexões expostas corroboraram que a ABEn permeia as lutas da enfermagem em diversos aspectos, destacando-se aqueles concernentes à educação e à política voltadas para melhoria da saúde pública.

Evidenciou-se a luta ímpar pela transformação da qualidade do ensino, em que se busca o aprimoramento não só daqueles que ainda estão nas academias, mas também dos que já passaram por ela, sempre tendo como meta a melhor assistência ao usuário, principalmente àqueles que usufruem do Sistema Único de Saúde.

Na participação política, a ABEn, sempre presente nas discussões e reflexões da

categoria, procura sem cessar melhoria nas condições de trabalho, tendo como uma das principais e longas lutas a redução da jornada de trabalho, que visa ao aumento da empregabilidade, à motivação profissional, que visa como consequência ao aumento da segurança do paciente, elevando, assim, a preservação da vida. Com isso, espera-se contribuir com a divulgação e preservação da memória por meio das lutas e conquistas alcançadas pela entidade representativa dos profissionais de enfermagem: a ABEn. Naturalmente, tem-se o escopo de fortalecer as ações e participações sociais e políticas, bem como incentivar o engajamento dos acadêmicos, enfermeiros e sociedade em suas lutas.

REFERÊNCIAS

1. Martins CFN. Responsabilidade do ministério público no velamento das fundações e entidades de interesse social. Rev Eletr da FAETE [Internet]. 2012 [cited 2012 Aug 07]. Available from: <http://www.faete.edu.br/revista/Prof.%20Cristiane.pdf>
 2. Rasche F. Ética e deontologia: o papel das associações profissionais. Rev ACB. 2005;10(2):175-88.
 3. Germano RM. Educação e ideologia da enfermagem no Brasil (1955-1980). 4th ed. São Paulo: Yendis; 2007.
 4. Associação Brasileira de Enfermagem. Estatuto [Internet]. 2005. [cited 2012 Aug 07]. Available from: http://www.abennacional.org.br/download/Estatuto_ABEn_.pdf
 5. Silva MB, Grigolo TM. Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II. Caderno pedagógico. Florianópolis: Udesc; 2002.
 6. Bráulio LF. Elaboração de protocolos de pesquisa. Arq Bras Cardiol. 1998;71(6):735-40.
 7. Freire P. Política e educação. São Paulo: Editora Cortez; 1993.
 8. Torrez MNFB. Contribuições da ABEn. Jornal ABEn [Internet]. 2003 [cited 2012 Jul 15]; 45(2):[about 8 p.]. Available from: <http://www.abennacional.org.br/download/a45n02.pdf>
 9. Henriquez RLM, Roseni P. Integralidade na produção de serviços de saúde e as políticas de educação. Jornal ABEn [Internet]. 2003 [cited 2012 Jul 17];46(1):[about 8 p.]. Available from: <http://www.abennacional.org.br/download/46.1.pdf>
 10. Silva FV. A ABEn na construção social do PROENF. Jornal ABEn [Internet]. 2002 [cited 2012 Jul 15];44(2):[about 3 p.]. Available from: <http://www.abennacional.org.br/download/a44n02.pdf>
 11. Guimarães EMP. ABEn e OPAS criam redes colaborativas de escolas de enfermagem no 54ºCBEn. Jornal ABEn [Internet]. 2002 [cited 2012 Jul 15];44(2):[about 4 p.]. Available from: <http://www.abennacional.org.br/download/a44n02.pdf>
 12. Fernandes MAM, Durão JBF, Fonseca AMLP. Competency-based to nursing education: literature review. Rev enferm UFPE on line [internet]. 2011 [cited 2012 Dec 19];5(spe):[about 8 p.]. Available from: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/.../Artigo%20REUOL%20março%202011.pdf>
 13. Silva FV. Compromisso com o desenvolvimento da educação e com a história da construção do conhecimento na enfermagem. Jornal ABEn [Internet]. 2003 [cited 2012 Jul 15];45(3):[about 1 p.]. Available from: <http://www.abennacional.org.br/download/a45n03.pdf>
 14. Leite JL, Tyrrel MAR. A trajetória da pós-graduação no Brasil e a contribuição da Associação Brasileira de Enfermagem nesse processo. Jornal ABEn [Internet]. 2003 [cited 2012 Jul 15];45(3):[about 7 p.]. Available from: <http://www.abennacional.org.br/download/a45n03.pdf>
 15. Silva LF, Nóbrega MML. Resultados do projeto CIPESC e a proposta de implementação do CIPESC II. Jornal ABEn [Internet]. 2003 [cited 2012 Jul 15];45(2):[about 14 p.]. Available from: <http://www.abennacional.org.br/download/a45n02.pdf>
 16. Albuquerque MC. Formas e estratégias para ampliar as alianças, fortalecer o SUS e qualificar a participação da sociedade civil nas conferências e conselhos de saúde. Jornal ABEn [Internet]. 2003 [cited 2012 Jul 15];45(4):[about 8 p.]. Available from: <http://www.abennacional.org.br/download/a45n04.pdf>
 17. Silva LF. A ABEn no comitê gestor nacional de atenção às urgências. Jornal ABEn [Internet]. 2004 [cited 2012 Jul 15];46(3):[about 4 p.]. Available from: <http://www.abennacional.org.br/download/46.3.pdf>
 18. Associação Brasileira de enfermagem. Jornada de 30 horas para a enfermagem luta de enfermagem e regulação social. Jornal ABEn [Internet]. 2005 [cited 2012 Jul 17];47(3):[about 14 p.]. Available from: <http://www.abennacional.org.br/download/a47n03.pdf>
- Submissão: 02/01/2013
Aceito: 05/04/2014
Publicado: 01/06/2014
- Correspondência**
Diana Magna Fonseca da Cruz
Rua Rio Pataxós, 56
Bairro Emaús
CEP 59148-706 — Parnamirim (RN), Brasil